

instituições no momento da inscrição ou da atualização cadastral junto ao Conselho. Ressaltou que o instrumento se torna extenso e cansativo, tanto para os conselheiros responsáveis pelo preenchimento quanto para os representantes das instituições. Pontuou, ainda, que algumas perguntas constantes no instrumental não correspondem à realidade de diversas entidades atendidas pelo Conselho, especialmente associações comunitárias de pequeno porte. Relatou situação vivenciada em visita recente, na qual o responsável pela instituição demonstrou constrangimento diante de questionamentos relacionados à existência de estruturas físicas e recursos que não fazem parte da realidade da entidade, embora esta desempenhe regularmente suas atividades. Diante disso, foi sugerida a reformulação do instrumental de visita, com a retirada de itens repetitivos e a reorganização das informações solicitadas. Propôs-se, também, que parte das informações e documentos atualmente coletados durante a visita passe a ser encaminhada previamente pelas instituições, no momento da solicitação de inscrição ou atualização cadastral, por meio eletrônico. Ademais, foi apresentada a proposta de segmentação do instrumental, considerando diferentes perfis de instituições, como unidades governamentais, entidades de maior porte e associações comunitárias de pequeno porte, com o objetivo de tornar o processo de avaliação mais adequado à realidade de cada uma. Na sequência, foi discutida a situação das visitas pendentes. Informou-se que atualmente existem 104 (cento e quatro) instituições cadastradas junto ao Conselho e que, no ano anterior, foram realizadas apenas 05 (cinco) visitas institucionais, havendo ainda solicitações aguardando atendimento. Durante a discussão, a conselheira Roseane Rocha sugeriu que as visitas sejam realizadas em duplas, preferencialmente compostas por um conselheiro com experiência e outro sem experiência prévia, favorecendo a troca de conhecimentos e a ampliação da participação dos membros do colegiado. O conselheiro Carlos Tomaz Rodrigues destacou a importância da verificação prévia da situação cadastral dos CNPJs das instituições, considerando que algumas podem não estar mais em funcionamento. A conselheira Macilene Sousa sugeriu que as visitas sejam previamente agendadas com as instituições, visando melhor organização e planejamento das atividades. A conselheira Iara Leite ressaltou a importância das visitas presenciais, para que o Conselho possa verificar de forma direta a realidade das instituições, evitando inconsistências ou informações incompletas. Como encaminhamentos da reunião, ficou definido que será realizada a reformulação do instrumental de visita, ficando a Presidente Ana Gilmaiza responsável por elaborar uma proposta inicial e encaminhá-la ao grupo do Conselho para apreciação e contribuições dos demais membros. Deliberou-se, ainda, pela elaboração de uma planilha contendo a relação das instituições, organizadas por território, com o objetivo de facilitar a distribuição das visitas entre os conselheiros. Nessa planilha, os membros poderão indicar sua disponibilidade de datas, possibilitando a definição de um cronograma de trabalho. Ficou acordado, também, que os conselheiros suplentes poderão participar das visitas, contribuindo para o andamento das atividades e redução da demanda existente. Por fim, foi informado que as sugestões relativas ao novo instrumental poderão ser encaminhadas no grupo do Conselho, e que a versão final será discutida na próxima reunião extraordinária, prevista para o dia 18 (dezoito) do corrente mês. A lista de frequência dos participantes será posteriormente encaminhada por meio de formulário eletrônico. Nada mais havendo a tratar, a Sra. Ana Gilmaiza Tomaz Lourenço, Presidente do CMAS, declarou encerrada a reunião, agradecendo a participação ativa e o comprometimento demonstrado por todos os conselheiros. Ressaltou a importância do diálogo, da colaboração e da responsabilidade compartilhada entre os membros, destacando que o bom funcionamento do Conselho depende do compromisso coletivo, da participação contínua e da atuação ética e responsável de cada conselheiro ao longo do ano. Para constar, eu, Oneide Pastora da Silva, lavei a presente ata que, após lida e aprovada, será devidamente assinada pelos representantes presentes. Sobral, 05 de março de 2026. ANA GILMAIZA TOMAZ LOURENÇO - Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS DE SOBRAL 2026 - Aos décimo oitavo dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às 08h30, na sala da Escola de Gestão do SUAS da Secretaria dos Direitos Humanos e da Assistência Social - SEDHAS, realizou-se a Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS Sobral. Pautas: Plano de Ação SECOFI 2026; Plano Municipal de Assistência Social de Sobral 2026 a 2029; Cronograma de Visitas da

Comissão de Documentação e Cadastro. Na sequência, a Presidente Ana Gilmaiza iniciou a reunião cumprimentando cordialmente todos os presentes e agradecendo o compromisso dos conselheiros participantes. Foi realizada uma breve apresentação, na qual cada conselheiro informou sua função e a instituição que representa, destacando-se a participação de novos conselheiros da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Econômico e da Secretaria do Esporte e Lazer. Registrou-se também a presença da Sra. Vitória Régia, residente em Saúde Mental da Escola de Saúde Pública Visconde de Sabóia. A Presidente ressaltou a vacância do cargo de Secretário(a) do CMAS, informando que a eleição para preenchimento da vaga será realizada na próxima reunião, podendo o cargo ser ocupado por representante governamental ou da sociedade civil. Informou ainda que as reuniões continuarão sendo realizadas na sede da Secretaria dos Direitos Humanos e da Assistência Social (SEDHAS). Dando continuidade, a Presidente apresentou o Plano de Ação SECOFI 2026, referente aos programas e projetos do sistema de cofinanciamento da assistência social. Abordou o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), ofertado nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e os Benefícios Eventuais (BE). Explicou a previsão tipificada, a fundamentação legal e a forma de execução no município. Destacou que o município conta com 06 (seis) CRAS, sendo que cada unidade deve atender, no mínimo, 10% das famílias referenciadas no Cadastro Único. Abordou ainda o piso básico variável do cofinanciamento dos Benefícios Eventuais, como o auxílio-natalidade e o auxílio-funeral, no âmbito da Proteção Social Básica, com recursos estaduais e municipais. Apresentou, por fim, a previsão de financiamento e o resumo executivo dos recursos cofinanciados. Após a explanação, foi aberto espaço para esclarecimentos. O Plano de Ação SECOFI 2026 foi submetido à votação, sendo aprovado por unanimidade, com 10 (dez) votos favoráveis, conforme Resolução nº 01. Em seguida, a Presidente apresentou o Plano Municipal de Assistência Social 2026-2029, destacando que o documento contextualiza a política de assistência social no município, os serviços ofertados e as perspectivas de ampliação. Informou que o município possui 06 (seis) CRAS (quatro na sede e dois nos distritos), além de CREAS, Centro POP, Pousada Social, Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes, Acolhimento para Pessoas em Situação de Rua e Centro Dia do Idoso. Ressaltou que são cofinanciados apenas cinco CRAS, o CREAS e o Centro POP, sendo os demais equipamentos mantidos com recursos próprios do município. Informou ainda que, além dos equipamentos diretamente vinculados à Secretaria, existem termos de cooperação técnica com instituições como Casa São Francisco, Abrigo Bom Samaritano e Fazenda da Esperança, com cessão de profissionais. O Plano Municipal detalha as atividades desenvolvidas pelos CRAS, destacando-os como equipamentos territorializados de referência, com atuação preventiva e de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, no âmbito da Proteção Social Básica (PSB). Aborda também a Proteção Social Especial (PSE), nos níveis de média e alta complexidade. O Plano foi elaborado com base nas deliberações da Conferência Municipal de Assistência Social de 2025, contemplando propostas como: fortalecimento da vigilância socioassistencial; implantação de CRAS volante; democratização da informação (rádio); fortalecimento da intersetorialidade; acolhimento institucional para mulheres em situação de rua; implantação do Consultório POP; ampliação do Centro do Idoso; criação dos Conselhos LGBTQIA+ e de Igualdade Racial; e ampliação do Cadastro Único. Foi destacada também a atuação da Escola do EGSUAS na promoção da educação permanente, sob responsabilidade de Luizyland, com a realização de formações contínuas, inclusive para manipuladores de alimentos dos equipamentos, abordando segurança, higiene e armazenamento. A Presidente ressaltou a importância da realização de capacitação para os conselheiros, com o objetivo de apresentar as comissões temáticas de forma mais didática. O conselheiro José Carlos informou que levará propostas às Secretarias, inclusive à Secretaria da Saúde, visando ampliar o atendimento à população negra e promover capacitação para profissionais que atuam com povos tradicionais. Solicitou ainda o compartilhamento dos endereços das bases de apoio dos CRAS. Após os esclarecimentos, o Plano Municipal de Assistência Social 2026-2029 foi submetido à votação, sendo aprovado por unanimidade, com 12 (doze) votos favoráveis, conforme Resolução nº 02. Registrou-se a ressalva de que o documento necessita de correções de redação. Dando continuidade, a Presidente apresentou o cronograma de visitas da Comissão de Documentação e Cadastro. Foi sugerida a publicação dos nomes das instituições com pendências,

concedendo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para regularização junto ao Conselho, sob pena de exclusão automática em caso de não comparecimento. Para reorganização das entidades cadastradas no CMAS, os conselheiros aprovaram a atualização da numeração cadastral, a ser posteriormente repassada às instituições. Por fim, foi informado que o prazo para entrega das revalidações no CMAS encerra-se em 30 de abril do corrente ano. Encaminhamentos: Reunião Extraordinária online dia 24/03; Convidar a Vitória Ávila do Núcleo da Igualdade Racial para participar da reunião do CMAS; Apresentação do CadÚnico; Oneide ficou responsável de separar por bairros todas as entidades, para que os conselheiros possam realizar as visitas. Nada mais havendo a tratar, a Sra. Ana Gilmaiza Tomaz Lourenço, Presidente do CMAS, declarou encerrada a reunião, agradecendo a participação ativa e o comprometimento demonstrado por todos os conselheiros ao longo do encontro. Para constar, eu, Oneide Pastora da Silva, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será devidamente assinada pelos representantes presentes. Sobral, 18 de março de 2026. ANA GILMAIZA TOMAZ LOURENÇO - Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS DE SOBRAL 2026 - Aos vigésimo quarto dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, às 15h, online - MEET, realizou-se a Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS Sobral. Pautas: Apresentação do Roteiro de visita as Entidades do CMAS; Cronograma de visita da Comissão de Documentação e Cadastro; Relatório de Desempenho do SECOFI - 1º Semestre 2025. A reunião foi iniciada pela presidente Ana Gilmaiza, que cumprimentou os participantes, agradeceu a presença e o compromisso dos conselheiros, e confirmou a existência de quórum. Em seguida, apresentou as pautas do encontro: o cronograma de visitas às instituições, a apresentação de um novo instrumental de visitas e a inclusão do relatório do SECOFI como complemento ao plano discutido na reunião anterior. Na sequência, foi apresentado o novo instrumental de visitas, revisado e reduzido de 16 para 3 páginas, tornando-se mais objetivo e prático. A alteração teve como objetivo eliminar perguntas redundantes, considerando que diversas informações já são fornecidas previamente pelas instituições. Ressaltou-se que o instrumental funciona como guia, não impedindo a realização de questionamentos adicionais durante as visitas. Foram apresentadas orientações para a realização das visitas, destacando que devem ser feitas por, no mínimo, dois conselheiros. Também foi enfatizada a importância do registro claro e detalhado das observações, especialmente em casos de irregularidades. Quando houver pendência documental, como ausência de plano de trabalho, poderá ser estabelecido prazo de até dez dias para regularização. Nos casos em que a instituição não for localizada, orientou-se o registro no parecer, com possível anexação de evidências, como fotos. O instrumental contempla informações sobre identificação da instituição, responsável legal e período de mandato, documentação obrigatória, equipe, estrutura física e acessibilidade, público atendido, atividades desenvolvidas, alimentação, existência de cardápio, recursos, parcerias e parecer conclusivo quanto à aptidão ou inaptidão da instituição para permanência da inscrição. Em seguida, foi apresentada a organização das visitas. Informou-se que cerca de 70 instituições deverão ser visitadas, com média de cinco visitas por conselheiro. As instituições foram distribuídas por bairros, identificados por cores em planilha que será compartilhada com todos. As visitas prioritárias serão aquelas referentes a novas inscrições, algumas com atraso de até doze meses. Inicialmente, as visitas ocorrerão na sede do município e, posteriormente, nos distritos. A planilha também funcionará como instrumento de controle, devendo ser preenchida com a realização das visitas e os respectivos pareceres. Dando continuidade, foi apresentada a inclusão de pauta referente ao relatório do SECOFI. A presidente explicou que o documento complementa o plano anterior, trazendo dados sobre a execução dos recursos cofinanciados pelo Estado, especialmente quanto aos benefícios eventuais e ao PAIF. Em relação aos benefícios eventuais, destacou-se a ausência de concessão de auxílio natalidade no período analisado e a execução abaixo da meta no auxílio funeral. Ressaltou-se que o recurso estadual é insuficiente, gerando sobrecarga financeira ao município, embora tenha sido garantida a continuidade dos serviços. Sobre o PAIF, foram apresentados dados de atendimentos e acompanhamentos familiares realizados pelos CRAS, incluindo atividades em grupo. Entre os avanços, destacaram-se a ampliação das equipes, o aumento de unidades cofinanciadas e a melhoria na articulação com outras políticas públicas, especialmente a

educação. Como desafios, foram apontadas a insuficiência de recursos, necessidade de melhorias estruturais e limitações no transporte. Durante a reunião, também houve esclarecimento sobre a exigência de cardápio elaborado por nutricionista, sendo informado que, para as organizações da sociedade civil, não é obrigatório, porém recomendado como forma de garantir maior segurança e respaldo. Após a apresentação, o relatório do SECOFI foi submetido à plenária e aprovado por unanimidade, com 12 (doze) votos favoráveis, conforme Resolução nº 03. Como encaminhamentos, definiu-se o compartilhamento da planilha de visitas para organização dos conselheiros. A Secretária Oneide ficará responsável por auxiliar na definição de datas e logística, e todos os participantes deverão preencher o formulário de presença disponibilizado. Nada mais havendo a tratar, a Sra. Ana Gilmaiza Tomaz Lourenço, Presidente do CMAS, declarou encerrada a reunião, agradecendo a participação ativa e o comprometimento demonstrado por todos os conselheiros ao longo do encontro. Para constar, eu, Oneide Pastora da Silva, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será devidamente assinada pelos representantes presentes. Sobral, 24 de março de 2026. ANA GILMAIZA TOMAZ LOURENÇO - Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

RESOLUÇÃO Nº 01/2026 - O Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social de Sobral, com base em suas competências Regimentais e nas atribuições de acordo com a Lei Municipal nº 1475 de 10 de junho de 2015, em Reunião Extraordinária do dia 18 de Março de 2026. RESOLVE APROVAR: ART. 1º - Plano de Ação SECOFI 2026. Sobral, 18 de Março de 2026. ANA GILMAIZA TOMAZ LOURENÇO - Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

RESOLUÇÃO Nº 02/2026 - O Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social de Sobral, com base em suas competências Regimentais e nas atribuições de acordo com a Lei Municipal nº 1475 de 10 de junho de 2015, em Reunião Extraordinária do dia 18 de Março de 2026. RESOLVE APROVAR: ART. 1º - Plano Municipal de Assistência Social de Sobral 2026 a 2029. Sobral, 18 de Março de 2026. ANA GILMAIZA TOMAZ LOURENÇO - Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

RESOLUÇÃO Nº 03/2026 - O Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social de Sobral, com base em suas competências Regimentais e nas atribuições de acordo com a Lei Municipal nº 1475 de 10 de junho de 2015, em Reunião Extraordinária do dia 24 de Março de 2026. RESOLVE APROVAR: ART. 1º - Relatório de Desempenho do SECOFI - 1º Semestre de 2025. Sobral, 24 de Março de 2026. ANA GILMAIZA TOMAZ LOURENÇO - Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

LICENÇAS AMBIENTAIS

LICENÇA DE OPERAÇÃO SIMPLIFICADA - clinica odontologica sorria sobral ltda Torna público que recebeu da Agência Municipal do Meio Ambiente - AMA Licença de Operação Simplificada nº 061/2025 com validade 19/09/2028, referente às atividades de atividades odontológicas com recursos para procedimentos cirurgicos. Empreendimento situado na Rua coronel diogo gomes, Nº 1407, Bairro/Distrito Centro, no município de Sobral - CE. Foi determinado o cumprimento da legislação ambiental em vigor. Sobral, 09/04/2026.



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE SOBRAL